
RESENHA

INOVAÇÃO E PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA

CANÁRIO, Rui. (Org.). *Inovação e Projecto Educativo de Escola*. Lisboa: Educa, 1992. 173 p. (Coleção Educa Organizações)

TAVARES, Danieli¹

Rui Canário, professor na Universidade de Lisboa, tem demonstrado interesse por questões políticas e sociais relacionadas à organização da escola nas obras publicadas² em diferentes períodos. *Inovação e Projecto Educativo de Escola*, publicada em 1992, reúne contributos de autores de Portugal, Espanha e França e expressa a filosofia do desejo de ‘superar a forma escolar’.

Os textos reunidos por Canário compõem reflexões de João Barroso, Miguel Angel Zabalza, Maria Bettencourt Canário, Marc-Henry Broch e Françoise Cros em torno da problemática do projeto³ educativo de escola, de evidente atualidade no caso português, no contexto das transformações havidas, no âmbito da reforma educativa, empreendida na sequência da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo⁴ (1986).

Produzida no início da década de 1990, a obra oportuniza importante contribuição às linhas de pesquisa contemporâneas em Educação, ao passo que relaciona o projeto de escola a temas como localidade, currículo, escolas profissionais, democraticidade⁵ e autonomia escolar, motivo fecundo de eleição da obra para resenha.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados– UFGD. Cursa doutoramento em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra (UC). Bolsista Capes no Programa de Doutorado Pleno no Exterior. Membro da Comissão de Acompanhamento de Novos Investigadores no CEIS20/UC e colaboradora do Grupo de Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais (GRUPOEDE) no CEIS20/UC.

² *A escola tem futuro? Das promessas às incertezas* (2006), *O que é a escola? Um olhar sociológico* (2005).

³ Procuramos utilizar o termo ‘projeto’ no decurso do texto em razão do português do Brasil adotado na redação desta resenha, entretanto, manteremos a grafia do texto original quando a expressão estiver referenciada em itens e parágrafos elaborados pelos autores do livro.

⁴ Lei nº 46 de 14 de Outubro de 1986, *Lei de Bases do Sistema Educativo* (LBSE).

⁵ Expressão referenciada na Lei de Bases do Sistema Educativo português, Lei nº 46/86.

Em Nota de Apresentação, Rui Canário identifica que “*Reforma e sistema educativo*” constituem, nos anos sessenta e setenta, as palavras-chave que dominam os discursos e as políticas educativas. Nos anos oitenta e noventa, *inovação* e *estabelecimento de ensino* tendem a substituir-lhes, como conceitos dominantes para pensar e agir na realidade escolar.

Trata-se de algo muito mais profundo que uma mudança do léxico, correspondendo à trajetória profissional de Canário e sua perspectiva qualitativamente diferente de encarar os processos de mudança no campo escolar. “Mais do que mudar a educação, **o verdadeiro problema consiste em saber como mudar os estabelecimentos de ensino**”, afirma Canário (1992, p. 10, grifo do autor).

A importância do estabelecimento de ensino nos discursos e nas práticas educativas, a partir do início dos anos oitenta é resultado de tendências convergentes que se situam em três níveis distintos: 1) ao nível da *investigação educacional* (o estabelecimento de ensino emerge como um novo objeto científico), 2) ao nível da *mudança educacional* (impôs-se uma revisão da concepção de escola⁶, entendida como uma unidade administrativa que prolongava a administração central), 3) ao nível da *formação* (as recomendações no sentido de favorecer e privilegiar, modalidades de formação centradas no estabelecimento de ensino, são concomitantes com o reconhecimento da ineficácia de práticas formativas escolarizadas).

O projeto educativo surge⁷, no início da década de 1990, como o instrumento, por excelência, da construção da autonomia do estabelecimento de ensino e institui-se como um processo capaz de articular as três tendências assinaladas por Canário (1992), pois corresponde: a um processo de produção de conhecimentos (investigação), a um processo de mudança organizacional (inovação) e a um processo de mudança de representações e de práticas dos indivíduos (formação).

⁶ Recomendações sucessivas (presentes em estudos promovidos pela OCDE), desde meados dos anos setenta, no sentido de encarar o estabelecimento de ensino como a unidade estratégica fundamental da **inovação**, traduzem uma visão “ecológica” dos processos de mudança: os indivíduos e os **contextos organizacionais** mudam em simultâneo e por recíproca interação (CANÁRIO, 1992, p. 11, grifo nosso).

⁷ A primeira alusão ao Projeto Educativo encontra-se no Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de Novembro, o *Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo*. No seu preâmbulo pode ler-se “Tem-se, sobretudo, em vista a criação de um conjunto coerente de normas que, sem a preocupação da exaustividade prescritiva, proporcionem estímulo e encorajamento à iniciativa particular e a desejável explicitação de projectos educativos próprios”. Assim, é conferida às escolas privadas a possibilidade de elaborarem projetos educativos próprios, que lhes permitiriam “funcionar em regime de autonomia pedagógica” (art. 34), sem mais nenhuma explicitação conceitual. Com a *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), surge o ideário da escola portuguesa, que preconiza uma série de princípios e finalidades do sistema de ensino que servirão de inspiração aos Projetos Educativos de Escola (PEE) elaborados na atualidade.

Os textos reunidos na obra são atravessados por essas três dimensões, com enfoques diversos, de acordo com a especialidade dos autores e a especificidade das diferentes realidades nacionais. Os textos objetivam oferecer ao leitor uma visão global da problemática em causa, proceder a uma primeira abordagem das práticas das escolas portuguesas neste domínio, confrontar a experiência portuguesa com a de países ‘próximos’, na geografia, nas tradições educativas, nos problemas com que se defrontam.

Na sequência da Apresentação de Canário, Barroso (Universidade de Lisboa) destaca a necessidade do planejamento no texto *Fazer da Escola um Projecto*. O autor coloca-nos diante a realidade portuguesa e elucida que apesar de alguns documentos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (1988) fazerem referência, superficialmente, ao *projecto educativo*, é o Decreto-Lei nº 43/89 que pela primeira vez relaciona a existência desse projeto com o alargamento da autonomia do estabelecimento de ensino. Salienta e questiona essa referência ao projeto educativo, formulado de modo vago e ambíguo, que não explica o seu conteúdo, as partilhas de poder e obrigações que implica.

Barroso vai permeando os territórios dos conceitos envolvidos à relação de projeto e escola, em função de determinados princípios ou valores. Primeiro, numa dimensão mais técnica que deu lugar à chamada *pedagogia do projecto*, depois, numa dimensão mais institucional, com o aparecimento dos *projectos educativos* de escola. As perguntas “o que é um projecto de escola?” e “como gerir e avaliar o projecto?” revelam a dificuldade de abordar a temática em pauta, de como delinear com clareza as fronteiras da “inovação” do projeto.

O segundo texto, *O estabelecimento de ensino no contexto local*, da autoria de Rui Canário (Universidade de Lisboa) corresponde a uma conferência realizada na Universidade de Tolouse (no âmbito de uma Universidade de Verão sobre *management* em educação) e circunscreve o problema da natureza e modalidades das relações entre o estabelecimento de ensino e a comunidade local em que está inserido. Tendo como referência os contributos teóricos da abordagem sistêmica, o autor questiona o conceito de “abertura” à comunidade local e defende, como ideia consistente que esse processo de abertura deverá ser entendido como uma estratégia de mudança da instituição escolar, para além da literatura científica traduzida em normativos legais que vão dos programas de ensino aos textos de orientação geral da política educativa portuguesa. Uma articulação mais interativa com o meio envolvente e a construção de um projeto educativo constituem, do ponto de vista do autor,

condições necessárias para que o estabelecimento de ensino possa evoluir de um *sistema de repetição de informações* para um *sistema de produção de saberes*.

O terceiro texto, *Do currículo ao projecto de escola*, da autoria de Miguel Angel Zabalza (Universidade de Santiago de Compostela), teve sua primeira versão publicada em Espanha. Na perspectiva desenvolvida pelo autor, projeto e currículo respondem a duas necessidades que se fazem sentir na organização da atividade pedagógica: que o trabalho escolar constitua um verdadeiro processo formativo para alunos e professores e que os diversos componentes deste processo formem um todo integrado. Isso significa dizer que o trabalho escolar deverá constituir, simultaneamente, um *processo integrado e global* e um *processo formativo* que permita à escola ter um forte protagonismo na concretização prática (do currículo). Com base num conceito amplo de currículo (conjunto das ideias, dos conteúdos e das atuações educativas levadas a efeito na escola ou a partir dela), as contribuições fundamentais deste texto residem na conexão estabelecida entre currículo e projeto, tendo como campo de referência a teoria curricular, e, como proposta instrutiva da teoria, no modelo curricular descrito e estruturado em torno de três eixos: currículo, programa e programação.

O quarto texto, inédito, *Escolas profissionais: autonomia e projecto educativo*, é de autoria de Maria Beatriz Bettencourt Canário (Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional do Ministério da Educação). O texto empreende a análise da experiência acumulada no que era considerado um subsistema de ensino nos anos noventa, isto é, as escolas profissionais, que se veio revelar como campo propício ao desenvolvimento de projeto educativo de escola. A problemática do projeto educativo de escola é abordada a partir da análise das práticas destas escolas, bem como das suas características específicas, no contexto português. Criadas local ou setorialmente e promovidas por Câmaras Municipais, associações, sindicatos e outras associações, as escolas profissionais desfrutaram de uma autonomia real que, segundo a autora, propicia relações de outra natureza com a administração central e facilita a emergência do projeto educativo, refletido, explicitado e formalizado ao nível de cada estabelecimento de ensino.

O diálogo de Marc-Henry Broch e Françoise Cros (Institut National de Recherche Pédagogique) no texto, também inédito, *Elaborar um projecto de escola: sim, mas como?*, revela que na França o projeto educativo tem sido entendido como um instrumento essencial

da renovação dos estabelecimentos de ensino, desde 1981. Este texto exprime a experiência acumulada pelos autores franceses que, na sua dupla condição de investigadores e formadores, desenvolveram um trabalho de reflexão teórica, de análise e de auxílio às escolas, na construção de projetos educativos, correspondentes a três contribuições fundamentais: a elucidação dos princípios que norteiam a elaboração do projeto, a abordagem de questões tão importantes como a operacionalização de objetivos e as modalidades de avaliação do projeto, a proposta de uma reflexão sobre o caráter aberto da *metodologia* de construção coletiva do projeto educativo de escola, não redutível a normas prontas a usar.

No âmbito destes conteúdos, podemos dizer que o trabalho dos colaboradores da obra *Inovação e Projecto Educativo de Escola* pretendeu colocar o leitor (professor, gestor, investigador e demais interessados ao tema) diante de questões emblemáticas à organização e gestão da escola.

O problema essencial para os investigadores em Educação é revelar uma unidade subjacente sem negar a diversidade de escolas, e, podemos entender que é aí que reside a necessidade da “inovação”, tema discorrido no livro. Os caminhos da mudança, bem expostos por Canário, passam pela produção de mudanças com significado organizacional.

A ausência de Considerações Finais faz de *Inovação e Projecto Educativo de Escola*, narrativa aberta em textos que evidenciam ter uma dupla intenção: por um lado, reunir informação para compreender as características do projeto enquanto processo de inovação da gestão e organização do estabelecimento de ensino; por outro, refletir sobre as ambiguidades que marcam a política de promoção do projeto educativo de escola, em diferentes países, quer no quadro da reforma educativa, quer nas relações entre a Administração e as escolas, quer nas iniciativas de diferentes estabelecimentos de ensino.

Indicar as ambiguidades dos projetos ‘oficiais’ de escola na relação com modelos teóricos parece limitar a problemática ao conceito, desconsiderando, portanto, outros componentes ideológicos e estruturais da conjuntura da administração das escolas. No entanto, o mérito das discussões desenvolvidas nos textos é sólido e notável, pois são trabalhos reorientadores de questões e práticas desenvolvidas no terreno, e por isso pertinentes em muitos pontos.

REFERÊNCIA

CANÁRIO, Rui. (Org.). *Inovação e Projecto Educativo de Escola*. Lisboa: Educa, 1992. 173 p. (Educa Organizações)

BIBLIOGRAFIA

CANÁRIO, Rui. *A escola tem futuro? Das promessas às incertezas*. Porto Alegre: Artmed. 2006.

_____. *O que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto: Porto Editora. 2005.

COMISSÃO DE REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO. *Documentos Preparatórios II*. Lisboa, Ministério da Educação / Gabinete de Estudos e Planeamento. 1988.

PORTUGAL. Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Diário da República, n. 237, Série I.

_____. Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro, *Estabelece o regime jurídico de autonomia das escolas* oficiais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Diário da República, n. 29/89, Série I.

_____. Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de Novembro, o *Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo*. Diário da República, n. 270, Série I.